

Impacto dos juros

O Tesouro Nacional define o perfil da dívida pública por meio de leilões de títulos. Em geral, esses leilões ocorrem às terças-feiras – no dia seguinte, o governo paga alguns desses papéis. Para segurar o endividamento em níveis civilizados, a equipe econômica decidiu manter um robusto superávit primário, diferença entre receita e despesas, excluindo o pagamento de juros, nas suas contas. Trata-se do dinheiro que, na prática, é economizado para pagar os encargos do endividamento público.

Há economistas, no entanto, que acreditam que esse esforço fiscal feito pelo governo nos últimos anos poderia até ser elevado, o que permitiria uma redução mais sensível no rombo registrado nas contas públicas. “O que não dá mais é para aumentar impostos, mas é possível fazer um corte grande nos cofres públicos, reduzindo as despesas”, afirma Sérgio Werlang, vice-presidente do Banco Itaú. Ele diz isso com a experiência de quem já conviveu de perto com o setor público, já que foi diretor do Banco Central.

Esforço inútil

Outros analistas apostam que, só a redução na taxa de juros conseguirá diminuir o impacto da dívida nas contas do governo. Segundo eles, sem uma queda substancial na taxa de juros, todo o esforço será inútil. “Melhorar o perfil da dívida ou reduzi-la é conversa fiada”, afirma Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“Há uma pressão de mais de R\$ 150 bilhões anuais em gastos somente com juros. Com uma pressão dessas, não há política de equilíbrio fiscal que dê certo”, completa Reinaldo Gonçalves. (H.X)